

Eurobarómetro: Os europeus a favor da acção da política regional europeia

Danuta Hübner, Comissária responsável pela política regional, revela hoje os resultados de uma sondagem Eurobarómetro sobre a percepção que os europeus têm desta política. Conclui-se que os cidadãos estão, em grande maioria, convencidos dos benefícios desta política, que representa mais de um terço do orçamento europeu, na sua cidade ou na sua região e desejam que seja ainda mais ambiciosa, enfrentando claramente os novos desafios, como a luta contra as alterações climáticas, a globalização e as evoluções demográficas.

Para Danuta Hübner, «este inquérito confirma a confiança na acção da política de coesão por parte dos europeus, que pensam não só que devemos continuar a apoiar as regiões mais pobres da Europa, para as ajudar a recuperar do seu atraso, mas consideram que deve também continuar a apoiar o conjunto das regiões da Europa. Querem uma acção europeia cada vez mais ambiciosa, capaz de responder aos novos desafios do século XXI, como as alterações climáticas, os desafios demográficos e os efeitos da globalização. Temos, pois, de nos dotar dos meios que permitam responder a esta expectativa.»

O Eurobarómetro, realizado em Janeiro passado em 27 Estados-Membros, surge no contexto da consulta pública lançada por Danuta Hübner em Setembro passado a respeito do futuro da política regional ([IP/07/1406](#)). O objectivo é associar o máximo de cidadãos a esta reflexão.

Uma política relativamente bem conhecida e bem recebida

Metade da amostra diz estar a par do apoio prestado pela política de coesão à sua região ou à sua cidade. Esta tomada de consciência é mais importante nos 12 novos Estados-Membros (60%) que nos antigos Estados-Membros (47%). O grau de sensibilização é mais importante na Eslovénia (66%), na Lituânia (65%), na Áustria (64%) e na Irlanda (64%), enquanto é pouco elevado na Bulgária (35%), em Chipre (35%) e nos Países Baixos (30%). A Alemanha (46%), a França (45%) e o Reino Unido (38%) situam-se abaixo da média comunitária.

Além disso, os cidadãos que conhecem esta acção pensam, em grande maioria (70%), que ela é benéfica. Só uma em cada cinco pessoas interrogadas (22%) respondeu que a política regional não traz vantagens à sua região (sendo desta opinião sobretudo cidadãos franceses, neerlandeses, búlgaros e eslovenos). A Lituânia e a Irlanda são, pelo contrário, exemplos de países onde os cidadãos reconhecem quase por unanimidade o impacto positivo do apoio europeu.

Os europeus aprovam também a razão de ser da política regional, dado que apoiam em 85% a prioridade atribuída às regiões mais pobres para lhes permitir recuperar do seu atraso. Além disso, 58% dos cidadãos consideram que a política deve continuar a apoiar o conjunto das regiões da Europa e não apenas as mais pobres.

Domínios prioritários para os cidadãos europeus

Os europeus esperam que o investimento europeu se dedique prioritariamente aos sectores da educação, saúde, infra-estruturas sociais, protecção do ambiente e prevenção dos riscos. Depois, pensam que este apoio deve incidir na formação profissional e na ajuda às pequenas empresas.

Uma grande maioria dos europeus deseja que a política regional inclua futuramente nas suas competências desafios como a luta contra as alterações climáticas, a globalização e as mudanças demográficas. Consideram como prioridades (primeira ou segunda resposta) as alterações climáticas (85%), a globalização (54%) e os desafios demográficos (52%).

Método de gestão dos Fundos considerado positivo

Os cidadãos europeus apoiam também o princípio da «parceria», que permite incluir a sociedade civil na gestão dos Fundos. Assim, 82% dos europeus julgam positivo o facto de as associações de empresas, os sindicatos e as organizações que favorecem a igualdade de oportunidades ou o ambiente participarem na selecção dos projectos no terreno. Por outras palavras: aprovam o princípio da governança «multiníveis», que constitui a originalidade da política de coesão.

A palavra de ordem para 2007-2013: mais transparência

Assim, para a Comissão, os Estados-Membros devem continuar a informar melhor os cidadãos sobre a existência de milhares de projectos financiados de que beneficiam graças ao investimento europeu.

A regulamentação comunitária sobre os fundos para 2007-2013 obriga pela primeira vez os Estados-Membros a publicarem a totalidade das listas de projectos co-financiados pela União, os montantes recebidos e os beneficiários. Além disso, os Estados-Membros apresentam já à Comissão planos de comunicação para cada um dos 450 programas que serão financiados em 2007-2013 pela política de coesão. A Comissária Hübner sublinhou a qualidade dos planos apresentados até ao momento, que reflectem o esforço crescente dos Estados-Membros para comunicar melhor.

O relatório completo do inquérito está disponível no endereço seguinte:

http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/flash_arch_en.htm